

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.899 - SP (2015/0291441-7)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**RECORRIDO : JULIA AFONSO DOS REIS**  
**AGRAVANTE : JULIA AFONSO DOS REIS**  
**ADVOGADO : AIRTON GUIDOLIN - SP068622**  
**AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (e-STJ fls. 378/387) e de agravo em recurso especial formulado por JULIA AFONSO DOS REIS (e-STJ fls. 406/415), ambos foram interpostos contra julgado do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

O acórdão deu parcial provimento ao agravo da exequente para afastar a presunção de renúncia dos valores superiores a 60 (sessenta) salários mínimos e para reconhecer o direito de cobrança da quantia remanescente em execução distinta, cuja ementa foi assim redigida (e-STJ fl. 332):

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO DE SENTENÇA - PRETENSÃO DE EXECUTAR NOS MESMOS AUTOS DIFERENÇAS DECORRENTES DE ANTERIOR OPÇÃO PELA EXECUÇÃO DE VALORES EQUIVALENTES A BENEFÍCIO DE VALOR MÍNIMO - IMPOSSIBILIDADE - FENÔMENO DA ESTABILIZAÇÃO DA LIDE EXECUTIVA - POSSIBILIDADE DE FAZÊ-LO EM EXECUÇÃO DIVERSA - INTELIGÊNCIA DO ART. 35 DA LEI 8213/91 - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1) A regra do art. 264 do CPC, que se aplica ao processo de execução, por força da subsidiariedade do art. 598, deve ser interpretada em conjunto com a do art. 35 da Lei 8213/91, que autoriza seja concedido ao segurado empregado que tenha cumprido todas as condições para a concessão do benefício pleiteado, mas não possa comprovar o valor dos seus salários-de-contribuição no período básico de cálculo, benefício de valor mínimo, devendo esta renda ser recalculada, quando da apresentação de prova dos efetivos salários-de-contribuição.

2) Deve ser observada a fase processual, que só admite emendas à inicial, com o consentimento do réu, até a fase de saneamento do feito. Ultrapassada tal fase, ainda que com a concordância do réu, não se admite a emenda.

3) Diferenças que devem ser pleiteadas em execução diversa, mediante precatório, para que não se configure violação ao princípio da isonomia dos credores perante a Administração (art. 100, § 4º, da CF), que veda o fracionamento da execução para que parte do seu valor seja pago em RPV e parte em precatório.

4) Agravo de instrumento parcialmente provido para afastar o decreto de renúncia aos valores excedentes. Embargos de declaração (da segurada) e o agravo regimental (do INSS) prejudicados.

Os embargos de declaração do INSS foram rejeitados (e-STJ fls.

355/376).

Nas suas razões, o INSS aponta preliminar de afronta ao art. 535 do CPC/1973, sustentando a omissão do Tribunal a respeito dos temas suscitados nos aclaratórios, quais sejam: (i) acerca dos §§ 5º e 6º do art. 128 da Lei n. 8.213/1991; (ii) da alegada coisa julgada; e (iii) dos §§ 4º e 8º do art. 100 da Constituição Federal de 1988.

No mérito, sustenta ofensa aos arts. 128, *caput* e §§ 5º e 6º, da Lei n. 8.213/1991, alterados pela Lei n. 10.099/2000, dos arts. 467, 468, 473 e 474 do CPC/1973, bem como do art. 35 da Lei n. 8.213/1991, arguindo ser indevido o pagamento de RPV complementar, ainda que seja no bojo de uma nova execução, tal como autorizada pelo acórdão recorrido.

Segundo defende, "a opção pelo pagamento através de Requisição de Pequeno Valor (como se deu no presente caso) implica em total quitação do débito, levando a extinção da ação com base no disposto no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil" (e-STJ fl. 384).

Alega, ainda, que o acórdão ofende a coisa julgada, na medida em que a sentença que homologou os cálculos de liquidação, já pagos por RPV, há muito transitaram em julgado, sendo indevido considerar que houve erro material.

Ademais, aduz, nosso ordenamento prevê que a execução será una, inexistindo hipótese de dupla execução para cobrança de valores decorrentes de uma mesma condenação. No caso dos autos, não se aplica a norma do art. 35 da Lei de Benefícios, visto que desde a inicial da ação a autora tinha conhecimento dos seus salários de contribuição.

Requer, assim, o provimento do recurso a fim de declarar indevido o pagamento de quaisquer diferenças, mesmo em nova execução, porquanto já houve pagamento por meio de RPV.

Em seu recurso especial obstaculizado, a parte exequente apontou violação dos arts. 2º, 128, 460 e 471 do CPC/1973, postulando a reforma do acórdão que desconsiderou o erro material no cálculo das parcelas devidas e a concordância da autarquia. Requer o provimento do recurso a fim de que seja determinada a expedição de ofício precatório para pagamento das quantias ainda devidas pelo executado.

O seu agravo foi apresentado em desfavor de decisão que inadmitiu o apelo especial por força da Súmula 418 do STJ (e-STJ fls. 399/402). Nele, a parte autora defende ser "injustificável a exigência da ratificação das razões do Recurso Especial nos casos em que não há alteração da decisão embargada, como o caso dos autos", reiterando, no mais o apelo nobre (e-STJ fl. 409).

Contrarrazões da segurada às e-STJ fls. 392/397. Sem contraminuta (e-STJ fl. 424).

Passo a decidir.

De início, registro que o Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

Quanto ao recurso do INSS, melhor sorte lhe socorre.

A Primeira Seção desta Corte, ao apreciar discussão acerca de desmembramento do valor relativo aos honorários advocatícios daquele objeto referente ao montante a ser pago a seu constituinte, consignou que o fracionamento vedado pela Constituição toma por base a titularidade do crédito, a fim de evitar que o *quantum debeatur* seja pago por requisição de pequeno valor e por precatório.

A propósito, como resultou ementado o citado julgado:

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ N. 8/2008. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESMEMBRAMENTO DO MONTANTE PRINCIPAL SUJEITO A PRECATÓRIO. ADOÇÃO DE RITO DISTINTO (RPV). POSSIBILIDADE. DA NATUREZA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. No direito brasileiro, os honorários de qualquer espécie, inclusive os de sucumbência, pertencem ao advogado; e o contrato, a decisão e a sentença que os estabelecem são títulos executivos, que podem ser executados autonomamente, nos termos dos arts. 23 e 24, § 1º, da Lei 8.906/1994, que fixa o estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

2. A sentença definitiva, ou seja, em que apreciado o mérito da causa, constitui, basicamente, duas relações jurídicas: a do vencedor em face do vencido e a deste com o advogado da parte adversa. Na primeira relação, estará o vencido obrigado a dar, fazer ou deixar de fazer alguma coisa em favor do seu adversário processual. Na segunda, será imposto ao vencido o dever de arcar com os honorários sucumbenciais em favor dos advogados do vencedor.

3. Já na sentença terminativa, como o processo é extinto sem resolução de mérito, forma-se apenas a segunda relação, entre o advogado e a parte que deu causa ao processo, o que revela não haver acessoriedade necessária entre as duas relações. Assim, é possível que exista crédito de honorários independentemente da existência de crédito "principal" titularizado pela parte vencedora da demanda.

4. Os honorários, portanto, constituem direito autônomo do causídico, que poderá executá-los nos próprios autos ou em ação distinta.

5. Diz-se que os honorários são créditos acessórios porque não são o bem da vida imediatamente perseguido em juízo, e não porque dependem de um crédito dito "principal". Assim, não é correto afirmar que a natureza acessória dos honorários impede que se adote procedimento distinto do que for utilizado para o crédito "principal". Art. 100, § 8º, da CF.

6. O art. 100, § 8º, da CF não proíbe, nem mesmo implicitamente, que a execução dos honorários se faça sob regime diferente daquele utilizado para o crédito dito "principal". O dispositivo tem por propósito evitar que o

exequente se utilize de maneira simultânea - mediante fracionamento ou repartição do valor executado - de dois sistemas de satisfação do crédito (requisição de pequeno valor e precatório).

7. O fracionamento vedado pela norma constitucional toma por base a titularidade do crédito. Assim, um mesmo credor não pode ter seu crédito satisfeito por RPV e precatório, simultaneamente. Nada impede, todavia, que dois ou mais credores, incluídos no polo ativo da mesma execução, possam receber seus créditos por sistemas distintos (RPV ou precatório), de acordo com o valor que couber a cada qual.

8. Sendo a execução promovida em regime de litisconsórcio ativo voluntário, a aferição do valor, para fins de submissão ao rito da RPV (art. 100, § 3º da CF/88), deve levar em conta o crédito individual de cada exequente. Precedentes de ambas as Turmas de Direito Público do STJ.

9. Optando o advogado por executar os honorários nos próprios autos, haverá regime de litisconsórcio ativo facultativo (já que poderiam ser executados autonomamente) com o titular do crédito dito "principal".

10. Assim, havendo litisconsórcio ativo voluntário entre o advogado e seu cliente, a aferição do valor, para fins de submissão ao rito da RPV, deve levar em conta o crédito individual de cada exequente, nos termos da jurisprudência pacífica do STJ.

**11. O fracionamento proscrito pela regra do art. 100, § 8º, da CF ocorreria apenas se o advogado pretendesse receber seus honorários de sucumbência parte em requisição de pequeno valor e parte em precatório. Limitando-se o advogado a requerer a expedição de RPV, quando seus honorários não excederam ao teto legal, não haverá fracionamento algum da execução, mesmo que o crédito do seu cliente siga o regime de precatório. E não ocorrerá fracionamento porque assim não pode ser considerada a execução de créditos independentes, a exemplo do que acontece nas hipóteses de litisconsórcio ativo facultativo, para as quais a jurisprudência admite que o valor da execução seja considerado por credor individualmente considerado.** RE 564.132/RS, submetido ao rito da repercussão geral

12. No RE 564.132/RS, o Estado do Rio Grande do Sul insurgiu-se contra decisão do Tribunal de Justiça local que assegurou ao advogado do exequente o direito de requisitar os honorários de sucumbência por meio de requisição de pequeno valor, enquanto o crédito dito "principal" seguiu a sistemática dos precatórios. Esse recurso foi submetido ao rito da repercussão geral, considerando a existência de interpretações divergentes dadas ao art. 100, § 8º, da CF.

13. Em 3.12.2008, iniciou-se o julgamento do apelo, tendo o relator, Ministro Eros Grau, negado provimento ao recurso, acompanhado pelos votos dos Ministros Menezes Direito, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Carlos Ayres Brito. O Ministro Cezar Peluso abriu a divergência ao dar provimento ao recurso. Pediu vista a Ministra Ellen Gracie. Com a aposentadoria de Sua Excelência, os autos foram conclusos ao Min. Luiz Fux em 23.4.2012.

14. Há, portanto, uma maioria provisória, admitindo a execução de forma autônoma dos honorários de sucumbência mediante RPV, mesmo quando o valor "principal" seguiu o regime dos precatórios.

15. Não há impedimento constitucional, ou mesmo legal, para que os honorários advocatícios, quando não excederem ao valor limite, possam ser executados mediante RPV, ainda que o crédito dito "principal" observe o regime dos precatórios. Esta é, sem dúvida, a melhor exegese para o art. 100, § 8º, da CF, e por tabela para os arts. 17, § 3º, da Lei 10.259/2001 e 128, § 1º, da Lei 8.213/1991, neste recurso apontados como malferidos.

16. Recurso especial não provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ n. 8/2008.

(REsp 1347736/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, Rel. p/ Acórdão Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/10/2013, DJe

15/04/2014) (Grifos acrescidos).

De registrar que a vedação constitucional foi também incorporada ao art. 128, § 1º, da Lei de Benefícios pela Lei n. 10.099/2000, de cuja redação colhe-se: "É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no *caput* e, em parte, mediante expedição do precatório."

Dessa forma, a compreensão do Tribunal de origem, no sentido de que a parte exequente possa promover outra execução para pleitear as diferenças devidas atenta contra o entendimento supra, merece reforma (e-STJ fl. 324).

Quanto ao recurso da parte exequente, registro que, no que diz com a inaplicabilidade da Súmula 418 do STJ, assiste razão à agravante, na medida em que a Corte Especial deste Tribunal, na sessão de 16/09/2015, por ocasião do julgamento proferido no bojo da Questão de Ordem no REsp n. 1.129.215/DF (reafirmada no EAREsp n. 300.967/SP), decidiu que, ausente a alteração do *decisum* pelos embargos de declaração, torna-se desnecessária a ratificação do recurso especial interposto antes da publicação dos acórdãos.

Nesse passo, considerando que não houve reforma no acórdão advinda do recurso integrativo proposto pelo INSS, evidencia-se a tempestividade do apelo nobre. No entanto, não há como conhecer da irresignação por razões distintas. Explico.

Como visto do breve relato, o acórdão recorrido, ao dar parcial provimento ao agravo de instrumento da parte autora, consignou que "a segurada confessa, expressamente, que não detinha a relação de salários-de-contribuição do PBC para efetuar o cálculo do valor da RMI", portanto, não havia como reconhecer o alegado erro material (e-STJ fl. 329).

Segundo considerou o julgado, o erro material nos cálculos "pressupõe a ocorrência de engano na elaboração dos cálculos, o que não se pode dizer tenha ocorrido, pois sequer foi elaborado cálculo do valor da RMI, limitando-se a segurada a executar valores equivalentes a benefício de valor mínimo (fls. 86/87)" (e-STJ fl. 329).

Com efeito, em sede de recurso especial mostra-se inviável a modificação da aludida conclusão do julgado. Isso porque a rediscussão de questões de natureza fática, tais como a existência ou não de erro material nos cálculos dos valores remanescentes, demandaria o reexame de prova, esbarrando, assim, no óbice da nos termos da Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS SEGUNDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 545 DO CPC/1973. AUSÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 28,86%. EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ACORDO EXTRAJUDICIAL ANTERIOR À MEDIDA PROVISÓRIA

2.169/2001. DISPENSA DE HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL EXECUÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. ALTERAÇÕES DAS CONCLUSÕES FIRMADAS. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. Na espécie, os autores desde da origem se insurgem contra sentença que, em sede de embargos à execução, extinguiu a execução em relação aos que firmaram acordo administrativo sobre as diferenças relativas ao reajuste de 28,86%.

2. O acórdão recorrido julgou, de maneira fundamentada, e em conformidade com o que apresentado, ou seja, a tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

3. Acerca da tese de que "o acordo só é válido quando homologado, isto é, quando trazido aos autos com a assinatura da parte interessada e do advogado que a representa na ação", o inconformismo não merece êxito. Isso porque o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência do STJ no sentido de que "a homologação judicial da transação prevista no art. 7º da MP 1.704/1998 é dispensável se inexistente demanda judicial individual de conhecimento entre as partes transigentes à época do acordo" (AgRg no REsp 1.213.841/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 10/11/2015).

4. **Por fim, cabe anotar que a análise da ofensa à coisa julgada encontra óbice na Súmula 7/STJ, considerando que a Corte local analisou a demanda com base no acervo fático-probatório dos autos**, inclusive em fichas financeiras. Ademais, não se mencionou nem indicou a definição do momento considerado como última oportunidade de se alegar a limitação temporal do reajuste no processo de conhecimento.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl nos EDcl no REsp 1577560/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/09/2019, DJe 11/09/2019) (Grifos acrescidos).

No mais, verifica-se que a alegada tese de violação da coisa julgada não foi objeto de juízo de valor pelo aresto recorrido, nem sequer após a oposição dos embargos de declaração. Tampouco a parte recorrente interpôs o apelo nobre com a finalidade de suprir essa omissão. Nessa hipótese, devem incidir os enunciados das Súmulas 211 do STJ e 282 do STF.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE DEIXOU DE ACOLHER IMPUGNAÇÃO AO CÁLCULO DE LIQUIDAÇÃO. ALEGAÇÃO DE RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA E EXCESSO DE EXECUÇÃO. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DA CAUSA. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. JUROS DE MORA. CRITÉRIO DE CÁLCULO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE AO DEVEDOR. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STJ. APLICAÇÃO DA PENA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

1. O Tribunal de origem afastou as pretensões de relativização da coisa julgada, no tocante à apuração do valor da dívida, e de excesso de execução, com base na análise do acervo fático-probatório da causa, cujo reexame é vedado em âmbito de recurso especial, ante o óbice da súmula 7 desta Corte.

2. Não há violação à coisa julgada quando a sentença exequenda, proferida

em momento anterior ao CC/2002, fixa os juros de mora em 0,5% ao mês e, na execução do julgado, determina-se a incidência de juros de 1% ao mês a partir da lei nova. Precedentes.

**3. A despeito de suscitada a discussão nas razões do agravo de instrumento, o Colegiado estadual não se pronunciou sobre a alegação de ofensa ao princípio da menor onerosidade ao devedor, sem que fossem opostos embargos de declaração a fim de suprir a omissão, ressentindo-se o apelo nobre, no ponto, do indispensável prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF).**

4. Conforme a jurisprudência do STJ, a interposição de recursos cabíveis não implica em "litigância de má-fé nem ato atentatório à dignidade da justiça, ainda que com argumentos reiteradamente refutados pelo Tribunal de origem ou sem alegação de fundamento novo" (AgRg nos EDcl no REsp n. 1.333.425/SP, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 4/12/2012).

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 932.488/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/09/2018, DJe 27/09/2018) (Grifos acrescidos).

Ante o exposto, quanto ao apelo nobre do INSS, com amparo no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, DOU PROVIMENTO ao recurso especial a fim de declarar indevido o pagamento de quaisquer diferenças relativas ao crédito principal por meio de precatório, mesmo em sede de nova execução, uma vez que já realizado o pagamento por meio de RPV.

Acerca do agravo de JULIA AFONSO DOS REIS, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator